

Supremo Tribunal Federal

COORD. DE ANÁLISE DE JURISPRUDÊNCIA
D.J. 09.12.2005
EMENTÁRIO Nº 2 2 1 7 - 4

08/11/2005

SEGUNDA TURMA

AG.REG.NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 459.057-3 SÃO PAULO

RELATOR	: MIN. CARLOS VELLOSO
AGRAVANTE(S)	: ESPÓLIO DE ANTONIO BRASILINO FERREIRA
ADVOGADO(A/S)	: MATILDE MARIA DE SOUZA BARBOSA DE AGUIAR E OUTRO(A/S)
AGRAVADO(A/S)	: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
ADVOGADO(A/S)	: MARIA CARMEM DE OLIVEIRA

EMENTA: CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. DESAPROPRIAÇÃO. PRECATÓRIO. PARCELAMENTO. ART. 33 DO ADCT. JUROS COMPENSATÓRIOS E MORATÓRIOS. EXCLUSÃO. INCIDÊNCIA DE JUROS MORATÓRIOS NO PAGAMENTO DE PARCELAS PAGAS EM ATRASO. EXPEDIÇÃO DE NOVO PRECATÓRIO. PRECEDENTES.

I. - Excluem-se os juros moratórios e compensatórios do pagamento de precatórios decorrentes de desapropriação, realizado conforme o art. 33 do ADCT, contanto que se observem as épocas próprias dos vencimentos das prestações. Os juros moratórios são cabíveis nos casos de inadimplência da Fazenda Pública no pagamento do parcelamento previsto no art. 33 do ADCT. RE 155.979/SP, Min. Marco Aurélio, "DJ" de 23.02.2001; RE 400.413-Agr/SP, Min. Carlos Britto, "DJ" de 08.11.2004, **inter plures**.

II. - Agravo não provido.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Segunda Turma, sob a **Presidência** do Senhor Ministro Celso de Mello, na conformidade da ata de julgamentos e das notas taquigráficas, **por unanimidade** de votos, **em negar provimento** ao recurso de agravo, nos termos do voto do Relator. Ausentes, justificadamente, neste julgamento, a Senhora Ministra Ellen Gracie e o Senhor Ministro Gilmar Mendes.

Brasília, 08 de novembro de 2005.

Carlos Velloso
CARLOS VELLOSO - RELATOR



Supremo Tribunal Federal

08/11/2005

SEGUNDA TURMA

AG.REG.NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 459.057-3 SÃO PAULO .

RELATOR	: MIN. CARLOS VELLOSO
AGRAVANTE(S)	: ESPÓLIO DE ANTONIO BRASILINO FERREIRA
ADVOGADO(A/S)	: MATILDE MARIA DE SOUZA BARBOSA DE AGUIAR E OUTRO(A/S)
AGRAVADO(A/S)	: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
ADVOGADO(A/S)	: MARIA CARMEM DE OLIVEIRA

R E L A T Ó R I O

O Sr. Ministro **CARLOS VELLOSO**: - Trata-se de agravo regimental, interposto pelo ESPÓLIO DE ANTONIO BRASILINO FERREIRA, da decisão (fl. 206-208) que deu parcial provimento ao recurso extraordinário, para excluir da condenação a incidência dos juros compensatórios e moratórios, salvo, em relação aos últimos, no caso de pagamento das parcelas sem a observância do disposto no art. 33 do ADCT, devendo, nesta hipótese, ser realizado o pagamento mediante a expedição de novo precatório.

Sustenta o agravante, em síntese, o seguinte:

a) ofensa ao art. 5º, XXIV, da Constituição, dado que o acórdão recorrido, ao afastar a incidência de juros moratórios e



Supremo Tribunal Federal

RE 459.057-AgR / SP

compensatórios, inviabilizou o pagamento da justa e prévia indenização devida na desapropriação do imóvel do recorrente;

b) norma transitória da Constituição (art. 33 do ADCT) não pode se sobrepor à cláusula pétrea (art. 5º, XXIV e XXXVI) prevista no corpo permanente da Lei Maior. Ademais, a alteração no art. 78 do ADCT promovida pela EC 30/2000 é posterior à data em que o pagamento deveria ter ocorrido;

c) contrariedade à coisa julgada (art. 5º, XXXVI, da CF), uma vez que "o assunto em questão JÁ FOI OBJETO DE SENTENCIAMENTO NAS FASES ANTERIORES, SENDO CERTO QUE, QUANDO DA EXECUÇÃO, ACONTECEU MAIS DE UMA HOMOLOGAÇÃO, **INCLUSIVE EM SEDE DE TRIBUNAL DE JUSTIÇA**" (fl. 215), valendo salientar, assim, a inviabilidade de se retomar o debate acerca dos critérios de correção de obrigação que deveria ter sido quitada em 1984;

d) ofensa aos princípios da legalidade e da moralidade, tendo em vista a inocorrência de justa e prévia indenização de desapropriação realizada há mais de vinte anos.

É o relatório.



Supremo Tribunal Federal

08/11/2005

SEGUNDA TURMA

AG.REG.NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 459.057-3 SÃO PAULOV O T O

O Sr. Ministro **CARLOS VELLOSO** (Relator): - Assim a decisão agravada, ora sob exame:

"O acórdão recorrido, da Quinta Câmara de Direito Público do Eg. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, em agravo de instrumento interposto pelo Município de São Bernardo do Campo, manteve decisão que determinou a expedição de ofício requisitório complementar de diferenças relativas aos depósitos da primeira e da oitava parcelas referentes ao parcelamento obtido com base no art. 33 do ADCT, incluindo nele a incidência de juros moratórios e compensatórios.

Rejeitaram-se os embargos de declaração opostos.

Daí o recurso extraordinário interposto pelo MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO, fundado no artigo 102, III, a, da Constituição, em que se alega ofensa aos art. 5º, XXIV, da mesma Carta, bem como ao art. 33 do ADCT.


Admitido o recurso, subiram os autos, que me foram conclusos em 26.8.2005.

Decido.

Em caso semelhante, AI 491.714/SP, 'DJ' de 30.8.2005, decidi:

'(...)

No que tange à necessidade de expedição de novo precatório, porém, assiste razão ao recorrente. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 168.019/SP, Ministro Ilmar Galvão, decidiu que os débitos da Fazenda Pública decorrentes de decisões



Supremo Tribunal Federal

RE 459.057-AgR / SP

judiciais subordinam-se exclusivamente ao regime constitucional dos precatórios. Nesse sentido, menciono, **inter plures**: AI 489.125/SP, de minha relatoria; AI 476.645/SP, Ministro Sepúlveda Pertence; AI 449.596/SP, Ministra Ellen Gracie; e RE 432.221/SP, Ministro Carlos Britto.

Quanto à incidência de juros, o Plenário decidiu, no julgamento do RE 155.979/SP, com base no art. 33 do ADCT, pela exclusão dos juros moratórios e compensatórios no pagamento de precatórios decorrentes de desapropriação, desde que observadas as épocas próprias de vencimento das prestações. Nesse sentido, o decidido nos RE 154.126/SP e AI 494.081/SP, ambos por mim relatados.

Esta Corte, no julgamento do RE 193.210/SP, Rel. Ministro Néri da Silveira, decidiu que apenas os juros moratórios são cabíveis nos casos de inadimplência da Fazenda Pública no pagamento do parcelamento previsto no art. 33 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. No mesmo sentido: RE 400.413-AgR/SP, Rel. Ministro Carlos Britto, 'DJ' de 08.11.2004; e AI 494.526-AgR/SP, Rel. Ministro Sepúlveda Pertence, 'DJ' de 23.02.2005.

Recentemente, a Primeira Turma, julgando o RE 402.892/SP, Rel. Ministro Sepúlveda Pertence, 'DJ' de 25.2.2005, reafirmou a necessidade da incidência de juros moratórios sobre as parcelas em atraso e destacou a impossibilidade de verificação, em recurso extraordinário, da efetiva quitação de todas as parcelas do precatório ou de erro na elaboração das planilhas apresentadas pelo recorrente e nos depósitos efetuados com base nelas ou nos cálculos elaborados pelo contador judicial, por demandarem o reexame de matéria de fato, o que encontra óbice na Súmula 279-STF.

Assim também o decidido nos AI 501.443/SP e AI 499.119/SP, ambos de relatoria do Ministro Sepúlveda Pertence.

Do exposto, forte no disposto no art. 544, § 3º e § 4º, do CPC, com redação da

mu

Supremo Tribunal Federal

RE 459.057-AgR / SP

Lei 9.756/98, dou provimento ao agravo, e, desde logo, conheço em parte do recurso extraordinário e, nessa parte, dou-lhe provimento, para excluir da condenação a incidência dos juros compensatórios e moratórios, salvo, em relação aos últimos, no caso de pagamento das parcelas sem a observância do disposto no art. 33 do ADCT, valores esses que deverão ser pagos mediante a expedição de novo precatório.

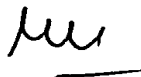
(...)'

Do exposto, forte nos precedentes acima mencionados, conheço do recurso extraordinário e dou-lhe parcial provimento, para excluir da condenação a incidência dos juros compensatórios e moratórios, salvo, em relação aos últimos, no caso de pagamento das parcelas sem a observância do disposto no art. 33 do ADCT, valores esses que deverão ser pagos mediante a expedição de novo precatório.

(...)." (Fls. 206-208)

A decisão é de ser mantida, por seus próprios fundamentos, porque simplesmente dá aplicação ao decidido pelo Supremo Tribunal Federal, pelo seu Plenário, no RE 155.979/SP, Min. Marco Aurélio, "DJ" de 23.02.2001. No mesmo sentido: AI 492.699-AgR/SP, Min. Nelson Jobim, "DJ" de 21.5.2004; AI 494.459-AgR/SP, Min. Eros Grau, "DJ" de 29.4.2005; RE 401.021/SP, Min. Joaquim Barbosa, "DJ" de 13.9.2005; e AI 542.230/SP, Min. Gilmar Mendes, "DJ" de 11.10.2005.

Nego provimento ao agravo.



*Supremo Tribunal Federal***SEGUNDA TURMA****EXTRATO DE ATA**

AG.REG.NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 459.057-3

PROCED.: SÃO PAULO

RELATOR : MIN. CARLOS VELLOSO

AGTE.(S): ESPÓLIO DE ANTONIO BRASILINO FERREIRA

ADV.(A/S): MATILDE MARIA DE SOUZA BARBOSA DE AGUIAR E OUTRO(A/S)

AGDO.(A/S): MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

ADV.(A/S): MARIA CARMEM DE OLIVEIRA

Decisão: A Turma, por votação unânime, **negou** provimento ao recurso de agravo, nos termos do voto do Relator. Ausentes, justificadamente, neste julgamento, a Senhora Ministra Ellen Gracie e o Senhor Ministro Gilmar Mendes. **2ª Turma**, 08.11.2005.

Presidência do Senhor Ministro Celso de Mello. Presentes à sessão os Senhores Ministros Carlos Velloso e Joaquim Barbosa. Ausentes, justificadamente, a Senhora Ministra Ellen Gracie e o Senhor Ministro Gilmar Mendes.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Haroldo Ferraz da Nóbrega.

Carlos Alberto Cantanhede
Coordenador